

---

## **Jornalismo na Zona de Contato: uma análise das construções representativas dos povos indígenas em Roraima na imprensa local<sup>1</sup>**

Timóteo Westin de Camargo César<sup>2</sup>  
Marcos Antônio Pellegrini<sup>3</sup>

UFRR - Universidade Federal de Roraima

### **Resumo**

Este trabalho põe em perspectiva a representação dos povos indígenas pela imprensa contemporânea em Roraima e a história das narrativas sobre o índio pelo colonizador e pela sociedade nacional, desde o século XVI. O objetivo é observar que em grande medida, a forma de falar sobre o índio segue um roteiro sem grandes rupturas, marcada pelo protagonismo do não indígena e, sobretudo, pela dificuldade técnica e ética da imprensa em garantir a demanda por autorrepresentação indígena.

### **Palavras-chave**

Jornalismo; representação; povos indígenas; história da Amazônia.

### **Introdução**

A cobertura jornalística das notícias envolvendo os povos indígenas é, por si, um encontro secular, que encarna elementos de um choque de mundos, cujas ondas reverberam desde que os primeiros pés colonizadores tocaram a terra firme na América. Os povos indígenas de Roraima são herdeiros legítimos, por parentesco e direito, daqueles que habitavam essas terras nos tempos pré-colombianos. Por sua vez, o jornalismo, com o DNA do ocidente, oscila entre o perigo de ser representante e replicador das narrativas coloniais que conformaram a percepção dos povos nesse novo mundo colonizado e o potencial de atuar como vetor fundamental dessa reconfiguração.

As narrativas sobre os povos indígenas por parte de europeus e posteriormente americanos descendentes iniciam no século XVI marcadas pelo olhar mitológico e seu absoluto distanciamento da realidade; passam por revisões religiosas, pela

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, espaço e cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 22 a 24 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Mestre em Sociedade e Fronteiras pela UFRR, Jornalista e professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Roraima.

<sup>3</sup> Doutor em Antropologia Social pela UFSC e professor do curso de Antropologia da Universidade Federal de Roraima.

curiosidade científica de cunho naturalista, e persistem até hoje na apropriação da imagem do índio a serviço de interesses políticos, nacionalistas, identitários e econômicos.

### **Olhar forasteiro: dos matuiú ao desenvolvimento nacional**

Trata-se de um longo caminho a percorrer. São mais de 500 anos de contato, permeados por toda sorte de particularidade geográfica, cultural, política e econômica, além da subjetividade das interpretações. A ausência da escrita na produção do conhecimento ameríndio limita o estudo da condição desses povos nos períodos anteriores e nos primeiros séculos de colonização aos multifacetados relatos de viajantes europeus.

Partimos da obra de Pratt (1999)<sup>4</sup>. Embora temporalmente focada nos últimos 260 anos de colonização, o exame baseado na crítica literária, identifica e descreve um caráter de premeditação e intencionalidade no modo do europeu descrever o Novo Mundo: justificar a dominação e a exploração do Novo Mundo.

O ponto nevrálgico da crítica aos ‘olhos do império’ está no fato da literatura de viagem ter estabelecido uma correspondência das narrativas com o conhecimento dos leitores europeus sobre regiões até então desconhecidas. Assim, o que não era conhecido dá lugar não ao conhecimento, mas a conceitos e opiniões equivocados, carregados por racismo e discriminação sobre as paisagens e pessoas que habitam outras latitudes.

Não se trata, contudo de pensar em uma passividade colonial. Enquanto tenta moldar seus pretensos domínios na periferia, a metrópole, cega, vai também sendo determinada, por meio de processos de interação. Este é um ponto que nos interessa especialmente para a análise da dinâmica estabelecida pelo jornalismo com os povos indígenas:

Se a metrópole imperial tende a ver a si mesma como determinando a periferia (seja, por exemplo, no brilho luminoso da missão civilizatória ou na fonte dos recursos para o desenvolvimento econômico), ela é habitualmente cega para as formas como a periferia determina a metrópole – começando, talvez, por sua obsessiva necessidade de continuamente apresentar e re-apresentar para si mesma suas periferias e os ‘outros’. O relato de viagem, entre outras

---

<sup>4</sup> Em ‘Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação’, Mary Louise Pratt divide a literatura de viagem em seis categorias: científica, informativa, de cativo, de sobrevivência, de anti-conquista e sentimental. Cada qual expressa, à sua maneira, essa intenção comum, e, como plano de fundo, a perspectiva da Terra bipartida entre Europa e o resto do mundo..

---

instituições, está fundamentalmente elaborado a serviço daquele imperativo; da mesma forma, poder-se-ia dizer, que grande parte da história literária europeia. (PRATT, 1999 p. 31)

Além da premeditação colonialista e de seus efeitos nefastos, Pratt relaciona temporalmente características da literatura de viagem, que estabelecem um eixo para a discussão das conjunturas atuais dos discursos indígenas e não indígenas.

Melo Franco (1976)<sup>5</sup> descreve as narrativas dos viajantes coloniais, iniciando nas observações do século XVI, marcadas pela transposição para o solo americano de mitos do Velho Mundo, oriundos da navegação de novos mares e da exploração das Índias. Os seres monstruosos que no imaginário europeu vagavam pelas Índias, foram os primeiros a mudar-se para cá e fixarem residência em solo americano. “Os livros e mapas daquele tempo porfiavam em reunir na nossa terra aquela assembleia de pavores” (1976 p.12).

Assim foram naturalizados brasileiros os bichos que se alimentavam de ar; outros que se assemelhavam aos licornes; os pigmeus ou goiazis, os gigantes ou curiqueans; os homens acéfalos ou ivanpamonas; os homens cobertos de pêlos; os homens de pés às avessas ou matuiús; as amazonas; os homens de cabeça de cachorro ou canibais e, finalmente, os homens marinhos ou urupiaras. (MELO FRANCO, 1976 p.12)

Assim, os primeiros exploradores da costa brasileira não se preocupavam em desmentir os relatos anteriores, submissos ao gosto europeu e às crenças arraigadas à cultura popular (1976 p.14). Os seres humanos que habitavam o Brasil permanecem envenenados pela fantasia.

Contudo, ainda no século XVI, havia outra forma de descrever o homem brasileiro – esta que teria subsidiado os artífices da revolução francesa. Alguns cronistas o descreviam como um homem bem constituído física e moralmente, que desfrutava de uma “existência idílica e descuidados, sem deveres nem obrigações, no meio de uma natureza acolhedora, próspera e feliz”. (1976 p.15). No século seguinte, o livro de viagens de Pyard de Laval, nota que:

(...) os índios andavam sempre nus, homens e mulheres, que eram bem conformados de corpo. Viviam 150 anos e pouco adoeciam (...). Praticavam

---

<sup>5</sup> Em ‘O índio brasileiro e a revolução francesa’, Afonso Arinos de Melo Franco sustenta a tese de que a imagem do nativo brasileiro projetada pelas terras europeias contribuiu significativamente para a construção do ideário do levante. Vale destacar que os primeiros relatos – como aquele que batizou a Amazônia pela suposta presença das figuras mitológicas gregas nessas terras – encontravam com o “baixo nível de cultura das massas populares européias daquele tempo” (1976 p.13) e se alimentavam da expectativa pelo extraordinário e pelas ambições literárias dos viajantes.

---

um regime econômico do mais absoluto comunismo, pois ignoravam a propriedade privada, inclusive a da terra. Não exerciam comércio e desconheciam qualquer moeda. Em matéria de crença eram inteiramente livres, porque não possuíam templos nem religiões. Desfrutavam igualmente, a mais ampla liberdade sexual. (MELO FRANCO, 1976 p.27)

O brasileiro monstruoso e aquele descrito sob o molde do bom selvagem de Rousseau têm em comum o silêncio. Não lhes foi dada a voz na hora de descrevê-los. Essas formas de ver o nativo brasileiro podem ter perdido força, mas a passividade na conformação de sua imagem permanece.

Freitas Pinto (2008)<sup>6</sup> mostra as inadequações do olhar externo, primeiramente estrangeiro e depois do brasileiro não índio. Para tanto, o autor compilou e analisou relatos, ensaios e produções científicas sobre a Amazônia, organizadas sob quatro perspectivas: trata filosoficamente da interpretação do Novo Mundo, sob a ótica da polarização Ocidente *versus* Oriente, discutindo de Hegel e Montesquieu a Montaigne e Buffon; reúne relatos de viajantes à Amazônia, como Acuña, Avé-Lallemant, Alfred Wallace, e Louis e Elizabeth Agassiz; apresenta o olhar científico de nomes como Koch-Grünberg, Euclides da Cunha, Samuel Fritz e João Daniel e traz a reflexão de autores amazônicos, como Araújo Lima, Eduardo Galvão e Djalma Batista.

Ele destaca que o pensamento sobre a Amazônia, sobretudo quanto à paisagem humana, carrega consigo o imobilismo social e o conservadorismo romântico. E que,

(...) durante todo esse longo e complexo processo de formação dos países e povos do Novo Mundo, a idéia da superioridade branca e europeia sobre a fragilidade dos povos indígenas e dos negros e mestiços tem estado presente em diferentes gradações, realimentando constantemente não apenas nosso senso comum, mas envolvendo também as temáticas de pesquisadores e especialistas, em particular no que vem sendo identificado como o terreno da formação sociocultural da América indígena, negra e mestiça. (FREITAS PINTO, 2008 p.14)

Freitas Pinto apoia nas figuras de Buffon e Montaigne a percepção de duas representações prevalentes do índio amazônico. Enquanto Montaigne forneceria bases para o surgimento posterior da Antropologia com seu ponto de vista mais relativista, o que incluía acusar seus contemporâneos de euro centrismo e etnocentrismo, Buffon produz uma imagem do Novo Mundo marcada pela noção de

---

<sup>6</sup> A compilação de Renan Freitas Pinto (Viagem das ideias) tem de peculiar o fato do autor ser amazonense. A opção de tê-lo como referência deste trabalho, embora sua obra seja pouco referenciada, tem como propósito secundário trazer a reflexão para um universo acadêmico e temporal mais próximo do contexto roraimense.

que existe um condicionamento geográfico e climático que limita uma “plena evolução”, que reúne seres humanos, animais e plantas (2008 p.17-18). Para Buffon, os índios do Brasil são em sua grande maioria “primitivos e resistentes aos valores da civilização, a não ser os poucos grupos que passaram a manter relações de comércio com os portugueses” (2008 p.20).

Freitas Pinto afirma que, tanto o senso comum quanto à academia, tiveram na percepção Buffon, sua principal matriz de influências. Embora a esta opinião caiba uma revisão crítica contemporânea, como alicerce para tentar compor uma percepção sobre o olhar externo sobre o índio brasileiro.

Buffon, portanto, caracteriza a Amazônia como um experimento da natureza ainda em formação, mas apresentando condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humanas. Essas idéias se propagaram e foram em alguma medida adotadas por autores até o presente e contribuindo para cimentar as idéias mais correntes do senso comum sobre a região. (FREITAS PINTO, 2008 p.20)

Oliveira (2010)<sup>7</sup> utiliza as noções de fronteira étnica e fricção interétnica de Cardoso de Oliveira e Otávio Velho como instrumento analítico para dividir as representações construídas sobre os indígenas amazônicos em sete cenários, com temporalidades distintas e pontos de intercessão para comparações, principalmente com a ocupação da costa brasileira:

Oliveira ressalta que essa percepção ainda prevalente hoje provém dos primeiros relatos sobre a região, reforçando a ideia de que o observador europeu não foi capaz de perceber a paisagem humana de forma adequada, e que isso contaminou a imagem dos povos indígenas ao longo dos séculos.

Nas “representações sobre o primeiro encontro”, a tentativa de unificar a experiência do contato entre colonizadores e índios na Amazônia e na costa brasileira causou distorções significativas e duradouras de percepção. Enquanto na costa o contato se deu em condições de força desproporcional em favor dos colonizadores, na Amazônia o colonizador encontrou sociedades mais complexas, numerosas e estratificadas. A narrativa de Carvajal e Acuña, citada por Oliveira como exemplo, “é bastante dramática, reconstituindo a viagem como uma sequência de combates e

---

<sup>7</sup> O ensaio histórico ‘Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira’, destaca os “processos concretos pelos quais as populações autóctones vieram a relacionar-se com o contexto colonial e a serem inseridas na formação da nação brasileira e na economia mundial” (OLIVEIRA, 2010 p.19).

---

fugas frente a populações que lhes eram superiores em termos numéricos, logísticos e militares” (2010 p. 24).

Tal diferença na representação sobre como as duas colônias portuguesas na América foram integradas ao processo de construção de uma história e um imaginário nacional, no pós-Independência, já estava enraizada na própria história colonial precedente. A administração portuguesa não tratou essas duas regiões de maneira homogeneizadora, mas as instituiu em distintas colônias ultramarinas, que irão ter ritmos e configurações históricas diferenciadas. (OLIVEIRA 2010 p.27)

A imagem do “indígena como fator econômico fundamental para a ocupação da Amazônia”, alimentou a ideia do ‘ouro vermelho’, criada pelo padre Antônio Vieira. Sem o índio, não se poderia explorar a Amazônia. Essa percepção manteve até o século XIX acirradas disputas entre colonos, religiosos e autoridades que buscavam controlar este elemento de acordo com os seus interesses, tanto para expedições extrativistas quanto para os aldeamentos missionários. (2010 p. 27).

Para conciliar “a formação da nação e o índio bravo”, o estado brasileiro passou a usar de “meios brandos e suavizantes”, nas palavras de José Bonifácio de Andrade e Silva, figura central do primeiro reinado. No Brasil independente não havia mais lugar para as guerras justas contra povos indígenas (2010 p.32).

No período da “economia da borracha e a conquista da Amazônia”, Oliveira (2010 p.34) destaca consequências dramáticas da participação do índio na cadeia econômica da borracha, demonstradas pelo contraste na participação demográfica antes e depois do ciclo econômico. Até o início do ciclo da borracha, entre 1870 e 1911, o índio ainda era maioria na Amazônia, apesar do assimilacionismo de políticas anteriores, como as pombalinas mais de um século antes, terem dificultado a quantificação mais precisa desses povos.

Os povos indígenas da Amazônia passaram do “Regime do Seringal ao Regime Tutelar” a partir da decadência da borracha, o que representou um freio decisivo na invasão de suas terras quanto. Outro fator central deste período foi a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a definição de uma nova política indigenista pelo governo brasileiro. Oliveira (2010 p.37) situa temporalmente este cenário do indigeníssimo rondoniano à promulgação da Constituição de 1988. Neste período o país passou pelo chamado milagre brasileiro e seu afã integracionista, pelo

---

processo de reconhecimento das terras indígenas nos anos 80 e 90. Os efeitos das políticas bem como da imagem do índio amazônico estão bem presentes no cotidiano atual.

Oliveira (2010 p.39) situa o cenário atual como um “contexto pós-tutela”, que inicia com a promulgação da nova carta constitucional, em 1988, o que trouxe modificações na condição legal dos indivíduos e povos indígenas. A ideia assimilacionista dos indígenas como vivendo unicamente numa condição transitória é superada na Lei. Os indígenas têm reconhecido o direito às suas formas próprias de organização pela primeira vez, bem como reconhecida sua plena capacidade jurídica, podendo ser representados seja por suas autoridades tradicionais.

Albert (2000) observa que a partir da década de 1970,

a fronteira amazônica foi brutalmente rearticulada ao "sistema mundial" por uma política em grande escala de ocupação demográfica, de desenvolvimento econômico e de redistribuição espacial promovida pelo Estado<sup>2</sup>. Esta política desencadeou um intenso movimento de competição territorial centrada no controle dos recursos naturais e dos espaços produtivos, uma "segunda Conquista" que vem, mais uma vez, atingir em cheio os povos indígenas (ALBERT, 1995 p.2)

Neste mesmo sentido, Cardoso de Oliveira identifica quatro “mentalidades” que definem a percepção da sociedade nacional brasileira sobre os povos indígenas do país (Athias, 2007 p. 33). Mais do que constatação, Cardoso de Oliveira (1978 p.70) atribui a tais categorias o *status* de "Obstáculos ideológicos a um indigenismo racional".

A mentalidade estatística se ocupa com números. Uma pergunta recorrente, conforme Athias (2007 p.34) exemplifica esta percepção: “Por que se preocupar com alguns milhares de índios, se o problema do país é o destino de milhões de brasileiro?” Assim, a quantidade e, principalmente, a proporcionalidade seriam os fatores determinante da importância dos povos nativos brasileiros. Outra questão mais aguda pode expressar as consequências potenciais dessa mentalidade: "Que significa a morte de algumas dezenas de índios se no Brasil milhares de crianças morrem diariamente?".

A segunda forma de ver o índio brasileiro é a mentalidade romântica. Este modelo tem entre os intelectuais e artista seus principais vetores e replicadores. Embora o romantismo do olhar artístico não tenha a possibilidade de influir

significativamente nos mecanismos de decisão do poder nacional, ele reforça uma imagem estereotipada do índio adquirida na literatura. São exemplos a obra de escritores como José de Alencar, Gonçalves Dias. O índio romantizado é visto como um ser puro, ingênuo, retomando a perspectiva rousseauiana do olhar de alguns dos viajantes, como vimos nos autores mencionados anteriormente. O sistema sócio-político desse bom selvagem é percebido como um paraíso ideal e um modelo a ser imitado (2007 p.34).

A terceira mentalidade, ou obstáculo, é a percepção burocrática dos povos indígenas. Esta seria a imagem predominante na administração pública brasileira, “impregnada de um paternalismo exagerado e influenciada por certa dose de romantismo” (p.34). Cardoso de Oliveira identifica o domínio desta visão entre os primeiros funcionários do SPI, que não dispunham tinham nenhuma preparação técnica ou científica e substituíam esta ausência de perspectiva.

A quarta mentalidade é a capitalista. Em certa medida, este obstáculo reúne características dos três anteriores que, contudo, operam a serviço dos interesses do capital e são, portanto, muito influentes nos principais meios de decisão do estado nacional. Sob este mando, os índios são vistos como improdutivos. Athias ilustra esta mentalidade, que considera hoje (2007) a mais observada no caso brasileiro, com uma frase do então ministro do Interior, Costa Cavalcanti, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo em 1971: "Daremos toda nossa assistência ao índio, mas ele não poderá ser um obstáculo ao desenvolvimento do país" (O Estado de São Paulo, 21.2.71 apud ATHIAS, 2007, pg. 34-35).

### **Jornalismo roraimense na zona de contato**

É a partir desse olhar panorâmico sobre contexto histórico e social que podemos refletir sobre as representações do outro por meio do jornalismo, e em particular, sobre a cobertura sobre a questão indígena em Roraima, se insere.

As investigações científicas sobre os quais falaremos a seguir partem de perspectivas teóricas bastante distintas – da semiótica de Pierce ao materialismo histórico. São seis autores: Silva, historiador; Leal, antropóloga, e Veríssimo, Lima, Zouein e Miranda, jornalistas. Os três primeiros trabalhos tratam da cobertura midiática da temática indígena com ênfase nos conflitos por terra, que marcaram o final dos anos 1990 e os anos 2000 até a demarcação e homologação da Reserva



Raposa Serra do Sol, fato que modificou profundamente a percepção dos povos indígenas pela sociedade envolvente e pela imprensa, como observaremos nas análises de nosso estudo.

Silva (2014, p.11)<sup>8</sup> trata da “manipulação ideológica” promovida pelos veículos de imprensa roraimenses em nome de promover o “mito da convivência pacífica entre brancos e índios”. Na análise da cobertura jornalística diária da ‘Folha de Boa Vista’ sobre os conflitos violentos motivados pela luta por terra, aponta que

“A história da atuação da imprensa brasileira, em todas as suas fases, é marcada pela instrumentalização da notícia, são inúmeras as situações em que a mesma, que geralmente pertence a grupos políticos ou grandes empresários, manipula os fatos e faz parecer diante do leitor aquilo que é conveniente na sua ótica.” (SILVA, 2014, p.133)

Veríssimo (2016)<sup>9</sup> lança mão de um estudo comparado da cobertura dispensada à questão indígena pela mídia tradicional e pelas mídias digitais. Assim como Silva, Veríssimo (2016 p.118) reforça a crítica à contaminação ideológica dos veículos da mídia na Amazônia por seu pertencimento a grupos políticos e econômicos, para os quais “o controle da imprensa é essencial para a formação de uma opinião localizada”.

As matérias tendem a defender interesses desenvolvimentistas, sob a ótica da produtividade capitalista. A terra concedida aos índios é vista como improdutiva e impeditiva do progresso econômico do Estado. A culpa desse óbice é atribuído às organizações indígenas. (VERÍSSIMO, 2016 p. 122)

É importante observar em Veríssimo a diferenciação da cobertura de conflitos agrários envolvendo povos indígenas pela grande imprensa nacional, a regional e a local.

Enquanto no jornalismo feito na região há visível preocupação em defender as populações não-indígenas, que estariam sendo afetadas pela expansão das áreas destinadas aos índios, a grande imprensa procura não fazer vistas grossas às tentativas de usurpação das terras indígenas por posseiros, fazendeiros e garimpeiros. (VERÍSSIMO, 2016 p. 119)

---

<sup>8</sup> Na dissertação ‘A violência contra os povos indígenas em – uma análise histórica a partir do jornal Folha de Boa Vista (1996 a 2005)’

<sup>9</sup> O livro ‘Índio na rede - Ciberativismo e Amazônia’, trata das formas com que grupos políticos modificam conteúdos históricos e difamam sociedades indígenas, algumas distantes do ambiente tecnológico ou mesmo ágrafas. Ao mesmo tempo que trata da opressão, Avery Veríssimo sinaliza que esses povos e suas organizações usarão as mesmas armas dos opressores para reescrever a história.

Avançando ao período mais agudo da relação entre povos indígenas e não índios, Leal (2010) analisa os títulos de 18 matérias publicadas no site do jornal ‘Folha de Boa Vista’ no dia 19 de abril de 2005, quando foi noticiada a homologação da RSS. Leal busca compreender como o “discurso midiático roraimense acomoda sentidos para a posse — indígena ou não — da terra do Brasil de nossos dias” (2010, p.1). A autora observa a predominância da perspectiva jurídica e seu vocabulário próprio, o que em certa medida parece aferir a ideia de ‘mentalidade burocrática’, de Cardoso de Oliveira.

Dessa forma apresentando a homologação da Raposa Serra do Sol, entra em funcionamento uma dupla restrição: a um campo do saber e aos que podem (bem) dizê-la. Em poucas palavras, é remetendo ao campo do jurídico que a homologação é interpretada por alguns. E, com isso, autorizam-se alguns e desautorizam-se os outros — lugares, seus representantes e seus dizeres. Faz-se ver o modo de funcionamento da formação social, em sua heterogeneidade desigual de forças (...). (LEAL, 2010 p.7)

No que se refere aos procedimentos jornalísticos, Leal (2010 p.7) questiona a ausência de fontes de outros campos do saber na cobertura: “o que dizem os antropólogos, os cientistas sociais, os historiadores sobre a homologação da Raposa Serra do Sol?” Mais grave, aponta a autora, é a ausência de donas de casa, professores, comerciantes, pequenos produtores rurais e, principalmente dos índios e suas lideranças.

Certamente, o discurso midiático roraimense não deixa de produzir sentidos para o índio e a posse da terra, no entanto (...) o que nas manchetes comparece não é o índio legal, com direitos e deveres, aproximando-se do que hoje se considera o cidadão brasileiro. (LEAL, 2010, p. 12).

As pesquisas de Lima (2001)<sup>10</sup> e Zouein (2001) têm a ênfase no estudo da mensagem, sob óticas diferentes desta pesquisa e entre si. Enquanto Zouein utiliza como ferramenta a semiótica para estudar os sentidos associados à palavra índio – ou indígena –, Lima estuda o discurso visual dos elementos imagéticos das publicações impressas, como fotos e charges.

Lima analisa os periódicos que circulavam à época em Boa Vista, nos quais identifica inicialmente três versões viciadas e preconceituosas atribuídas aos índios

---

<sup>10</sup> Em ‘O índio na mídia impressa em Roraima’, Maria Goretti Leite de Lima abrange os anos de 1991 a 1996, marcado pelo processo latente de discussão e divergências quanto à demarcação da RSS, em ilhas ou em terra contínua.

roraimenses. A primeira é a de um objeto mudo, sempre usando penas, incapaz de se manifestar, carente de tutela ou alguém para responder por ele. O segundo molde é o de preguiçoso, desumano ou criminoso. A terceira é percepção homogênea ou genérica. (2001, p.117). Neste ponto Lima reforça a crítica de Silva e Veríssimo:

(...) a imagem do índio, construída pela mídia impressa de Roraima, é fabricada segundo os interesses de pessoas e empresas nas riquezas minerais, ao sabor da disputa pelo controle das terras da reserva Raposa/Serra do Sol. (LIMA, 2001 p. 149)

Por meio uma análise comparativa Lima observa diferenças de significado entre as fotografias produzidas para as notícias factuais, fotorreportagens e as charges. Essa diferença gera o que classifica como “imagens conceito do índio roraimense” (2001, p. 116). Enquanto nas fotorreportagens Lima identifica uma imagem um pouco mais adequada, resultado por uma pressão inegável da realidade contemporânea, que impõe ao jornalista uma nova postura capaz de perceber o índio consciente, atuante e reivindicador, nas charges, a imagem do índio corresponde mais ao “imaginário tradicional que permeia a maioria da população roraimense: indefeso, tutelado e dependente” (2009 p 149).

(...) perceberemos que a visão dos povos indígenas no imaginário europeu era a de seres inferiores, decaídos e incapazes de tomar os rumos de sua própria vida, visão esta que ainda permanece. Essa imagem estereotipada vem sendo repassada ao longo dos anos e pode ser identificada ainda no século passado, no imaginário da sociedade roraimense. Imagens de índios indefesos, tutelados e dependentes foram encontrados tanto nas charges como nas fotorreportagens. (LIMA, 2001 p. 144)

Zouein (2001) utiliza a semiótica como caminho teórico metodológico para a análise da imagem do índio mediada pelos jornais impressos de Roraima. Zouein analisa a presença das palavras índio e indígena, enquanto signos, nos títulos de notícias em 4.363 edições de periódicos locais. O autor observa a associação deste signo com outros, cuja associação gera mudanças de sentido. Destacaram-se as palavras: violência, terra, mineração, igreja, fazendeiros, social, educação cultural e ONG. A maior associação, presente 768 vezes, foi com a palavra violência:

O sentido produzido por esse tipo de relação é encaminhado a um conjunto de ideias, supostas precipitadas, agindo na interpretação do receptor. (ZOEIN, 2001, p.75)

Zouein, assim como Lima, observa uma diferença de intenção entre a o texto das notícias – produzidos por profissionais mais próximos do fato – e das manchetes,

---

que estariam representando a ideia do editor, “limitando sua liberdade e verdade à ideia de verdade do dono do jornal” (2001, p. 83).

Pacheco e Munaro (2015) investigam a cobertura do jornal Folha de Boa Vista entre os dias 13 e 20 de abril de 2015, a semana em que se celebra do Dia do Índio. No período o jornal veiculou 382 notícias, sendo 12 sobre questões indígenas e apenas uma em alusão à data memorativa. Os autores ressaltam o poder dos meios de comunicação de “escrever e precisar a realidade exterior, tomando parte ativa na constituição da realidade social, excluindo pautas e enfatizando determinadas temáticas”. (PACHECO e MUNARO, p.12).

As pautas construídas (*agenda setting*) durante a semana analisada pela pesquisa circundam acontecimentos e informações, em sua maioria, pouco relevantes para a afirmação da identidade indígena no contexto da composição étnica de Roraima. Noutras palavras, pode-se dizer que não faz parte da pauta jornalística noticiar sobre alguém ou algum grupo que não esteja firmemente vinculado a uma identidade urbana e ocidental.

### **Das Representações à autorrepresentação**

Tomamos teoria das representações sociais de Bourdieu (1994) como alicerce para relacionar as ideias que temos visto neste capítulo, e prosseguir. Desta acepção de Bourdieu vale destacar a origem coletiva e histórica das representações sociais, que são afetadas por ideias, valores, crenças e ideologias, que permeiam o que o autor chama de *habitus* – em suas palavras: um “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações...”, promovendo assim, a “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade”. (Bourdieu, 1994, p. 60-61). Assim, são representações sociais as distorções mitológicas e monstruosas dos índios brasileiros, a imagem de inspiração para a Revolução Francesa, os modelos interpretativos de Buffon e Montaigne, os relatos de viajantes, a generalização com que a sociedade nacional os trata e as mentalidades estatística, capitalista, romântica, burocrática e de Cardoso de Oliveira.

A autorrepresentação, em contrapartida, é o que anelam os povos indígenas. Enquanto o olhar do não-índio tem como fundamento a generalização do outro, a construção do discurso indígena dirigido ao não índio, bem como suas representações do não índio, são particularizados. Cada povo, etnia, comunidade fundamenta seu

olhar a partir de práticas e de representações próprias, relacionadas à sua história específica do contato com os brancos (Gallois in Albert e Ramos, 2000).

Nesse sentido, o próprio conceito antropológico de cultura pode ser um elemento apropriado e manipulado pelo discurso indígena como forma de diferenciação e identidade étnica.

O processo de auto-objetivação cultural que os povos indígenas desencadearam para sustentar seus projetos de territorialização e autonomia social faz hoje do discurso etnográfico um meio, às vezes decisivo, de viabilização desses projetos (Turner 1991a: 304-312). Os antropólogos e suas competências de mediação interétnica — além de seu papel habitual de fonte de bens de troca e de informações — aparecem para os índios, nesse contexto, como canais privilegiados de uma estratégia política de controle das representações de si através do espelho cultural da fronteira (...) (ALBERT, 1998 p. 8)

Gallois (2002) ressalta que a construção de uma autorrepresentação não consiste num simples jogo de espelhos, de identidade/oposição contrastiva, mas se processa paralelamente à revisão da imagem do branco. Ao analisar 60 discursos de lideranças do povo Waiãpi entre os anos 1977 e 1992, a autora observa uma mudança de tom, que vai da acusação à ameaça, do pedido à afirmação de autossuficiência. Ela define essas falas dos índios ao branco “discursos-ação”.

Pellegrini (2008), comentando a perspectiva Conklin (1997), acrescenta que

(...) o contato interétnico coloca em questão a “autenticidade” da cultura, e faz com que a “cultura autêntica” seja concebida pelos índios a partir de um ponto de vista ocidental, quando eles próprios reificam imagens exóticas num enquadramento que não coincide necessariamente com a visão que eles têm de si e do mundo. (PELLEGRINI, 2008 p. 156)

## **Considerações**

Hoje, sobretudo por conta da mobilização política dos povos indígenas no Brasil a partir dos anos 1970 (ATHIAS, 2007), podemos observar um cenário sensivelmente diferente, no que se refere ao poder das representações. Longe do equilíbrio ideal entre o volume das vozes, as narrativas e discursos não são mais tecidos apenas em um dos lados dessa trama. Embora seja possível observar algum intento dialógico no jornalismo, as notícias costumam evitar a intertextualidade interna. Para Leal e Carvalho (2015) mesmo quando o jornalismo cumpre o pressuposto de ouvir todas as partes envolvidas e uma questão não garante a uma

notícia sua qualidade polifônica. A materialização textual de visões sociais peculiares promoveria no conteúdo jornalístico uma intertextualidade interna, ou seja, quando as vozes que falam e polemizam no texto, reproduzem o diálogo com outros textos (BARROS, 1999).

É possível inferir, portanto, que a tática dos povos indígenas, representados ou não por seus movimentos e organizações, em criar fatos de interesse jornalístico, por meio de ações como manifestações, protestos, bloqueios e ocupações, tem por fim forçar a intertextualidade externa no conteúdo jornalístico e reagir ante um jogo de tensões, cujo domínio por mais de 500 anos esteve nas mãos dos agentes externos.

### Referências bibliográficas

- LEAL, Bruno Souza e CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas**. REVISTA ALCEU, - v. 16 - n.31 - p. 155 a 170 - jul./dez. Rio de Janeiro. 2015
- ATHIAS, Renato. **A Noção de Identidade Étnica na Antropologia Brasileira: De Roquete Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- BARTH, Friederik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe STREIFF-FENART, Jocelyne (orgs.), **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império relatos de viagem e transculturação**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999
- PELLEGRINI, Marcos Antônio. **Discursos Dialógicos: Intertextualidade e Ação Política na Performance e Autobiografia de um intérprete Yanomami no Conselho Distrital de Saúde. Florianópolis**. Universidade Federal de Florianópolis, 2008
- ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu : uma crítica xamanica da economia política da natureza**. Série Antropologia (Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia), v.174. Brasília. 1995.
- GALLOIS, Dominique in Albert, B. & Ramos, A. **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**, 2002 (1997). UNESP p.205-238
- ZOUEIN, M. E. **Em nome da terra: semiótica, índio e mídia em Roraima**. Monografia (Curso Comunicação Social) - Departamento de Comunicação, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2001
- VERÍSSIMO, Avery. **Índio na rede - Ciberativismo e Amazônia**. Novas Edições Acadêmicas, Saarbrücken, Alemanha, 2016.
- PACHECO, Roni Petterson de Miranda e MUNARO Luís Francisco. **O indígena em Roraima: representações invisíveis**. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ. 2015

FRANCO. **O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1976.

FREITAS PINTO, Renan. **Viagem das Idéias**. 2a. Edição. Editora Valer, Manaus. 2008.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Narrativas e Imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira**". INDIANA 27, pgs. 19-46, Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin, 2010.

ZOUEIN, Maurício Elias. **“KUDIYADA”: a canoa Ye’kuana como signo de resistência**. Brasília, 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Brasília.

SILVA, Paulo Sergio Rodrigues da. **A violência contra os povos indígenas em Roraima: uma análise histórica a partir do Jornal Folha de Boa vista (1996 a 2005)**. Paulo Sergio Rodrigues da Silva. Boa Vista, 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira)

LEAL, Maria do Socorro Pereira. **Raposa Serra do Sol na mídia roraimense: a homologação**. Revista Icarahy - Edição n.04 - outubro de 2010

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O índio na mídia impressa em Roraima**. Boa Vista, Editora da UFRR, 2008